

LITERATURA INDÍGENA E A DECOLONIZAÇÃO DO SABER: DANIEL MUNDURUKU NA ESCOLA

Indigenous literature and the decolonization of knowledge: Daniel Munduruku in the school

Brendha Rubi Jorge Araujo de Matos¹

Orientador Prof. Dr. Ricardo Postal²

Resumo: Após a promulgação da Lei 11.645/08, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena nas escolas, a literatura indígena, enquanto expressão cultural e identitária, tem ganhado espaço no cenário educacional brasileiro. No entanto, apesar desse avanço legal, a efetivação desse ensino ainda enfrenta desafios significativos, como a formação deficitária de professores, a escassez de materiais didáticos adequados e o preconceito enraizado em relação aos povos indígenas. Nesse contexto, as obras de Daniel Munduruku emergem como um importante recurso para suprir essas lacunas, ao oferecer narrativas que valorizam a cultura indígena e promovem uma visão mais ampla e crítica da identidade e da história brasileira. Este trabalho tem como objetivo principal investigar quais características da obra de Daniel Munduruku contribuem para o ensino de literatura indígena, com foco em dois de seus livros: *Crônicas de São Paulo: um olhar indígena* (2010) e *Foi vovó que disse* (2018). Para embasar essa investigação, o trabalho apoia-se em um referencial teórico que inclui autores como Graça Graúna (2003), que discute o contexto histórico da literatura indígena; Dorrico e Danner (2018), que abordam o ensino da literatura indígena na educação básica e no ensino superior; Thiél (2013), que explora a noção de multiletramento na literatura indígena; e Cunha (2020), que trata da representação cultural e identitária nas narrativas indígenas. Esses autores fornecem as bases conceituais necessárias para analisar as obras de Munduruku e compreender sua relevância no contexto do ensino de literatura indígena. A partir da análise dessas obras, foram constatados aspectos culturais, históricos e literários que propiciam uma melhora no ensino de literatura indígena a partir da presença dessas obras em sala de aula.

Palavras-chave: Literatura Indígena; Letramento Literário; Diversidade Cultural; Ensino de Literatura; Daniel Munduruku.

Abstract: After the enactment of Law 11.645/08, which establishes the mandatory teaching of Indigenous history and culture in schools, indigenous

¹ Licenciatura em Letras - Português no Departamento de Letras do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

² Departamento de Letras do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

literature—understood as a cultural and identity-based expression—has gained increasing prominence within the Brazilian educational context. However, despite this legal progress, the implementation of such teaching still faces significant challenges, such as inadequate teacher training, the scarcity of appropriate teaching materials and deeply rooted prejudice against Indigenous peoples. In this context, the work of Daniel Munduruku emerge as an important resource to help bridge these gaps, offering narratives that value indigenous culture and promote a broader and more critical view of Brazilian identity and history. This study aims to investigate which characteristics of Munduruku's work contribute to the teaching of Indigenous literature, focusing on two of his books: *Crônicas de São Paulo: um olhar indígena* (2010) and *Foi vovó que disse* (2018). The research is supported by a theoretical framework that includes authors such as Graça Graúna (2003), who discusses the historical context of Indigenous literature; Dorrico and Danner (2018), who address its teaching in basic and higher education; Thiél (2013), who explores multiliteracies in Indigenous literature; and Cunha (2020), who examines cultural and identity representation in Indigenous narratives. These authors provide the conceptual foundation to analyze Munduruku's works and understand their relevance to the teaching of Indigenous literature. Through the analysis of these texts, cultural, historical, and literary aspects were identified that contribute to a more meaningful and effective approach to Indigenous literature in the classroom.

Keywords: Indigenous Literature; Literary Literacy; Cultural Diversity; Literature Teaching; Daniel Munduruku.

DANIEL MUNDURUKU: VOZ E MEMÓRIA INDÍGENA NA EDUCAÇÃO

A Lei 11.645/08, estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena em escolas públicas e privadas, prevendo, sobretudo, a implementação de conteúdos culturais indígenas nos currículos e práticas pedagógicas. Entretanto, são diversos os desafios para a real efetivação dessa lei, entre eles destacam-se falta de formação adequada dos professores para abordar temas indígenas, a escassez de materiais didáticos que contemplem essa temática e, em alguns casos, a resistência ou desconhecimento por parte das instituições de ensino sobre a importância dessa legislação.

Ao abordar as dificuldades de implementação de políticas que dão visibilidade a povos indígenas e quilombolas, Silva, Nascimento e Katrib (2025) destacam:

[...] essa tarefa não é simples, pois, ao tentar implementar as políticas, surgem conflitos políticos, financeiros, culturais, entre outros. Isso se deve à postura segregacionista e discriminatória da sociedade brasileira em relação a esses grupos, além da persistência do racismo estrutural (Almeida, 2019). Aqueles que administram a educação no Brasil ainda têm a visão de que estes sujeitos historicamente invisibilizados não precisam estudar ou frequentar a escola (Silva; Nascimento; Katrib, 2025, p. 2).

A invisibilidade dada aos povos originários ganha destaque no que diz respeito ao ensino de literatura na educação básica, e tal processo se mantém tanto pela formação de professores de língua portuguesa que não circulam por tal literatura, quanto pelo não reconhecimento da mesma pela academia. Dorrico e Danner (2018), destacam a importância da presença de textos literários indígenas contemporâneos nos currículos escolares e na formação docente:

A literatura indígena, nesse sentido, vem como opção para o conhecimento de diferentes tradições e memórias. Através da escrita criativa, em autoria coletiva e individual, nascida no bojo da educação escolar indígena ou veiculada nos circuitos comerciais das editoras, ela representa um potencial enorme em termos de aprendizado e de estruturação dos e para os currículos não indígenas nas universidades, formadores dos profissionais de licenciatura e bacharelado que atuarão na sociedade, e na rede básica, cujo currículo tem em seu formato o conhecimento majoritariamente ocidentalizado, excluindo, em muitas situações, as diferenças culturais e plurais (Dorrico; Danner, 2018, p. 93).

Portanto, faz-se imprescindível ampliar as discussões a respeito do ensino de literatura indígena na educação básica e propor possibilidades que valorizem a cultura e identidade desses povos.

Daniel Munduruku, escritor e professor paranaense, pertencente ao povo indígena Munduruku e autor de mais de 54 livros, tem sua obra voltada principalmente para o público infantil e juvenil. Com uma linguagem simples e fluida, suas narrativas envolvem o público leitor, ao mesmo tempo em que oferece uma ampla visão a respeito da vida, tradição, história e cultura indígena. Em seu estudo analítico sobre o panorama da literatura indígena brasileira, Graça Graúna (2003) destaca:

Daniel Munduruku e os parentes escritores indígenas dissolvem as fronteiras nas “contação de histórias”, conduzindo o público ao mundo do qual se pensa que as pessoas indígenas são incompetentes, selvagens, preguiçosas, arreadas e outros predicativos que dão conta do desrespeito às diferenças. E não é raro, nessas ocasiões, sobretudo no contato com o público infantil e/ou juvenil de diferentes etnias, o autor expressa-se com humor a respeito das diferenças (Graúna, 2003, p. 140).

Nesse contexto, as obras de Daniel Munduruku emergem como um importante recurso para suprir essas lacunas, ao oferecerem narrativas que valorizam a cultura indígena e promovem uma visão mais ampla e crítica da identidade e da história brasileira.

As narrativas indígenas representam muito mais do que simples histórias — são a voz viva da memória coletiva de povos que resistem ao apagamento cultural e histórico advindo da colonização. Cada história carrega em si a resistência política de existir, a cultura e a transmissão de tradições que conectam passado, presente e futuro, tornando-se atos de preservação cultural e de afirmação identitária.

Os livros de Daniel Munduruku narram diferentes aspectos da vida cotidiana dos indígenas, dentro e fora das aldeias, ao retratar espiritualidade, rituais, alimentação, moradia e linguagem, sendo assim, o autor elabora sua escrita literária como ferramenta para a preservação da cultura e memória indígena.

Pensando nesses aspectos todos, este trabalho tem como objetivo principal investigar quais características da obra de Daniel Munduruku contribuem para o ensino de literatura indígena, com foco em dois de seus livros: *Crônicas de São Paulo: um olhar indígena* (2010) e *Foi vovó que disse* (2018). A partir da análise dessas obras, busca-se observar aspectos culturais, históricos e literários que propiciem uma melhora no ensino de literatura indígena a partir da presença dessas obras em sala de aula.

Nos livros, serão analisados fatores como construção dos personagens, enredo, linguagem, valorização da cultura e histórias dos povos indígenas, questões identitárias e a multimodalidade textual. Busca-se também compreender como a linguagem utilizada pelo autor se adequa ao público infanto-juvenil, podendo promover com isso a transição entre a literatura infantil

e a juvenil em sua escrita, assim como pensar de que forma o imaginário indígena se manifesta em suas narrativas para discutir, principalmente, como as narrativas podem ser utilizadas didaticamente nas aulas de literatura por professores de língua portuguesa.

Os livros que compõem o corpus desta pesquisa foram selecionados primordialmente pela literariedade dos textos, por apresentarem linguagem de fácil compreensão, por serem narrativas singulares e por se distinguirem em formato e público alvo. Narrado em primeira pessoa, o livro *Crônicas de São Paulo: Um olhar indígena* (2010), detalha o olhar de um indígena sobre a capital paulista, local onde passou a viver desde que saiu da aldeia. Cada capítulo do livro recebe o nome de um bairro da cidade de São Paulo, sendo os escolhidos: Tatuapé, Anhangabaú, Ibirapuera, Jabaquara, Guarapiranga, Butantã, Pirituba, Tietê e Tucuruvi. A partir disso, o autor busca elementos da cultura e da história indígena, no território urbano. Nesse livro, é interessante perceber o encontro das culturas e a manutenção da identidade e cultura indígena no cenário contemporâneo.

Foi vovó que disse (2018), revela para o público infantil o respeito e a importância que têm os povos indígenas para com o meio ambiente, além da valorização dos saberes ancestrais que são passados de geração em geração e no livro são representados através dos ensinamentos de uma avó. Incluso no PNLD literário, o livro narra a história do menino Kaxiborempô, que é levado a uma passeio pela floresta, local em que relembra e reflete sobre ensinamentos passados por seus familiares.

Para embasar essa investigação, o trabalho apoia-se em um referencial teórico que inclui autores como Graça Graúna (2003), que discute o contexto histórico da literatura indígena; Dorrico e Danner (2018), que abordam o ensino da literatura indígena na educação básica e no ensino superior; Thiél (2013), que explora a noção de multiletramento na literatura indígena; e Cunha (2020), que trata da representação cultural e identitária nas narrativas indígenas. Esses autores fornecem as bases conceituais necessárias para analisar as obras de Munduruku e compreender sua relevância no contexto do ensino de literatura indígena.

A relevância deste estudo reside na necessidade de ampliar o debate sobre a literatura indígena no âmbito educacional, destacando sua importância para a formação de uma consciência crítica e plural nos estudantes. Além disso, ao analisar as contribuições de Munduruku, este trabalho busca oferecer subsídios para a superação dos desafios que dificultam a efetivação da Lei 11.465/08, contribuindo para uma educação mais inclusiva e representativa.

A LITERATURA INDÍGENA COMO RESISTÊNCIA CULTURAL E POLÍTICA

Em *Contrapontos da literatura indígena contemporânea*, Graça Graúna (2003) contextualiza o surgimento dos primeiros textos literários indígenas, ainda na década de 1970, e a presença do indígena na história da literatura brasileira. Tal abordagem é essencial para desconstruir o imaginário preconceituoso que ainda persiste na sociedade atual. Nesse contexto, Graúna afirma:

Na história da literatura brasileira, o preconceito literário contra os povos indígenas tem alimentado o imaginário e o interesse de gerações e gerações da sociedade dominante que “queria ver (e quer ver ainda) com seus próprios olhos o povo estranho, implantado nas praias, recebendo navios cheios de bens preciosíssimos” (RIBEIRO, 1995:44). Os discursos equivocados dos povos indígenas reportam-nos à literatura dos jesuítas, aos diálogos de Ambrósio Fernandes Brandão, às crônicas de Magalhães Gândavo, à poesia bucólica de Basílio da Gama e de Santa Rita Durão e aos romances de José de Alencar, entre outros exemplos que se seguem; em que o índio é visto superficialmente em sua identificação étnica. Sempre um marginalizado (Graúna, 2003, p. 46).

A partir disso, subentende-se que os estereótipos e preconceitos até hoje encontrados, possuem raízes também em uma literatura predominantemente europeia e colonial, na qual o indígena nunca foi protagonista. De acordo com Graça Graúna:

A discriminação e o preconceito que latejam das inquisições urbanas são uma forma de inibir os escritores e escritoras indígenas que vêm conquistando, aos poucos, o seu lugar no mundo. Parece que o tempo da inquisição não passou” (Graúna, 2003, p. 86).

Devido à contextualização da figura do indígena na literatura brasileira e à perpetuação dos preconceitos a respeito dos povos originários e de suas produções literárias, a escritora sugere dois momentos que caracterizam a literatura indígena no Brasil, sendo esses o de tradição oral (coletiva) e o período contemporâneo (de tradição escrita individual e coletiva). Ao se questionar sobre a diferença dos contadores de histórias de hoje e de antigamente, e também sobre o próprio ato de narrar, poeticamente Graúna (2003) aponta:

O ato de narrar — os mitos de origem, os eventos astronômicos, as migrações de diferentes grupos étnicos, os conflitos intertribais e outros acontecimentos que marcaram as sociedades indígenas antes da irrupção dos colonizadores — continua vivo. No universo indígena, os ventos sopram para fortalecer o espírito; por isso, o ato de narrar configura um tecido de vozes da tradição.

Ao contrário do que se pensa, os ventos da aldeia também percorrem o tempo e o espaço do texto compartilhado na internet, as oficinas literárias e a hora do conto na cidade grande. Basta um lugar e um olhar receptivos, um leitor atento para o ato de narrar se expandir igual a “seiva que percorre o corpo das árvores”. (Graúna, 2003, p.139)

É desse modo que a literatura indígena atua como forte ferramenta na manutenção da tradição na contemporaneidade. Os livros de autoria indígena possibilitam aos povos originários a defesa de sua cultura e de sua identidade. Além disso, ao levar essas narrativas para espaços educacionais, virtuais e urbanos, se tem uma ampliação dos saberes ancestrais, assim como o fortalecimento das lutas políticas por direitos, território e representatividade, reafirmando o papel da literatura como instrumento de resistência e afirmação identitária no cenário contemporâneo. Ao falar sobre as narrativas indígenas, Julie Dorrico, juntamente com Leno Francisco Danner e Fernando Danner (2018), afirmam:

A literatura indígena contemporânea transita nos domínios das técnicas, desde a escrita até as tecnologias, reafirmando a alteridade e expondo a especificidade de cada povo: dos xavantes aos yanomamis, mundurukus, krenaks etc. Na literatura indígena podemos encontrar, desse modo, uma poética que afirma o sujeito individual com direito à fala, e um sujeito ligado inextricavelmente à tradição coletiva. Ainda,

narrativas que contam o modo tradicional em que se situam e como intereticamente se relacionam com outras sociedades. Como podem ser criativos, apropriando-se de narrativas originárias e mesmo, inspirados nelas, contar novos enredos e publicá-los sob a forma de livros. Toda essa atuação e composição podem ser lidas sob o signo da ancestralidade. Isto porque as culturas indígenas situam-se no mundo a partir de suas ancestralidades. (Danner, Dorrico, Danner, p. 325, 2018)

No que diz respeito ao ensino de literatura e à formação leitora, Janice Thiél (2012) faz uma importante abordagem acerca da leitura literária, ensino e literatura indígena. Ela articula a relação entre oralidade e escrita dos textos indígenas, uma vez que são perceptíveis as marcas de oralidade na escrita das narrativas e poemas. Thiél também discorre sobre a construção da compreensão literária do texto a partir de elementos não verbais, imagens, sons e texturas que compõem a obra. Por fim, a escritora realça a importância de trabalhar com uma diversidade de textos literários na escola, incluindo os de autoria indígena, e não apenas os que são ocidentalmente considerados clássicos. Sobre isso, Thiél afirma (2012):

Estudar a literatura mundial, a literatura de um continente ou nação significa conhecer não só os textos canônicos, mas também os textos geralmente considerados periféricos, que oferecem um panorama de literatura produzida como um todo. Esses textos, especialmente os textos indígenas, apresentam desafios, mas também são instigantes: pela gama e pelo hibridismo de gêneros, por sua multiplicidade de linguagens e culturas criadoras e, possivelmente, pela diversidade de suas convenções discursivas. (Thiél, p.100, 2012)

Em seu texto Thiél (2012) também questiona a forma como os textos são classificados ou não como literatura, assim como a delimitação dos seus gêneros. A perspectiva que guia tais delimitações segue padrões exclusivamente ocidentais, não havendo espaço para livros como os de literatura indígena, que são permeados pela oralidade e por tradições culturais distintas, muitas vezes não reconhecidas pelos critérios literários hegemônicos. Essa exclusão reflete uma visão limitada do que pode ser considerado literatura, ignorando a riqueza e a diversidade das narrativas que emergem de diferentes contextos históricos e sociais. Dessa forma, Thiél (2012) evidencia a

necessidade de repensar os paradigmas literários vigentes, de modo a incluir vozes e formas de expressão marginalizadas, ampliando o próprio conceito de literatura:

O que se considera texto literário, e a teoria literária utilizada para classificá-lo ou analisá-lo, reflete aprendizado e centramento cultural. Mas a escrita e a literatura não são categorias universais. O estudo da textualidade indígena deve levar em conta o entrelugar cultural dessa produção. A textualidade indígena composta entre a letra e o desenho, entre o olhar e a voz, altera a construção da linguagem poética e imprime estilos particulares à criação literária.
(Thiél, p.38, 2012)

Por sua vez, Dorrico e Danner (2018) propõem um panorama curricular sobre literatura indígena na educação básica e ensino superior, reafirmando a relevância desse estudo para a formação cidadã, assim como manutenção identitária e quebra de estigmas relacionados aos povos e à literatura indígenas. Nesse estudo, apontam que:

Estudar a literatura indígena brasileira contemporânea nas salas de aula, nesse sentido, não se trata mais de uma utopia, ou um desejo inalcançável, mas sim de atender à legislação do país em termos de educação. O papel da literatura indígena está para além da autoexpressão e autoafirmação identitárias; ela evoca uma postura política que fissa noções ossificadas acerca dos povos indígenas. Através da leitura literária se percebe que o indígena não é mais um ser do passado, do século XVI, e que é equivocado pensar que ele perde sua alteridade por não habitar em tempo integral a floresta, por transitar na cidade e usar as tecnologias do nosso tempo.
(Dorrico, Danner, 2018, p.92)

Os escritores defendem que a integração da literatura indígena em sala de aula depende, em muitos casos, de simples ações, sobretudo da iniciativa do professor em levar esses textos para o ambiente escolar. Para tanto é necessário primeiro que o professor tenha conhecimento de tais obras e autores e entenda a relevância dessa abordagem no contexto educacional. É importante que, durante sua própria formação, os professores de língua portuguesa tenham tido contato com o estudo da literatura indígena e de outras produções de grupos que se encontram historicamente à margem da sociedade. Os escritores revelam, ainda, que mesmo no âmbito universitário esses estudos não devem se limitar a ações pontuais, mas sim integrar de forma contínua e significativa a formação docente:

Se os programas de pesquisas e extensão preocupam-se em divulgar e dinamizar os saberes indígenas na sociedade brasileira, significa que existe a responsabilidade em refletir acerca de outros grupos e suas práticas tradicionais que não integram o *mainstream* ocupado nos currículos das salas de aula. Para além da reflexão, se faz necessário dialogar multiculturalmente com essas diferenças, mas não de modo disperso ou em um evento de exceção, senão que no cotidiano da formação dos alunos e professores não indígenas. (Dorrico, Danner, 2018, p.91)

No que tange à perspectiva teórico literária referente aos textos indígenas, em específico à contação de histórias e construção da coletividade, Rubelise da Cunha (2020) destaca que a questão que norteia e diferencia a estética literária indígena se baseia na recuperação do sujeito coletivo, na qual se reafirma uma autonomia literária e cultural:

Se escrever Literatura Indígena é, de certa forma, uma inserção nas categorias da modernidade que marcam a solidão do sujeito autor e do sujeito leitor, o diferencial da literatura de autoria indígena é objetivar o elo com a cadeia da tradição que advém da prática coletiva das narrativas orais, ou seja, é ter como autor um “Eu” que se quer “Nós”. Portanto, o discurso de reafirmação da identidade e da tradição constitui um ato político de resgate dos territórios e saberes da coletividade. (Cunha, 2020, p.282)

Assim sendo, quando o espaço do sujeito coletivo é recriado e conceitos como autoria, voz autoral e voz narrativa são conectados à coletividade indígena e à sua luta para a continuidade de seus territórios físico e do saber, se tem como resultado, de acordo com Cunha (2020), uma literatura extremamente conectada ao ativismo político e cultural.

PALAVRAS QUE CARREGAM HISTÓRIA

Com base na perspectiva teórica apresentada e buscando perceber a relevância das obras do autor Daniel Munduruku para o ensino de literatura na educação básica, pretendo aqui analisar dois de seus livros: *Crônicas de São Paulo: um olhar indígena* (2010) e *Foi vovó que disse* (2018).

Um dos compromissos assumidos pela BNCC é a promoção da igualdade e da equidade no acesso ao conhecimento, com foco especial na inclusão social de grupos historicamente marginalizados. Para que esse objetivo seja alcançado, o documento propõe a inserção efetiva das manifestações culturais e artísticas desses povos no currículo escolar, como se lê nos trechos em destaque, sendo o segundo deles uma das competências a ser desenvolvidas na área de linguagens e suas tecnologias:

De forma particular, um planejamento com foco na equidade também exige um claro compromisso de reverter a situação de exclusão histórica que marginaliza grupos – como os povos indígenas originários e as populações das comunidades remanescentes de quilombos e demais afrodescendentes – e as pessoas que não puderam estudar ou completar sua escolaridade na idade própria. (BRASIL, 2017, p. 15)

(EF15AR25) Conhecer e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas, em especial a brasileira, incluindo-se suas matrizes indígenas, africanas e europeias, de diferentes épocas, favorecendo a construção de vocabulário e repertório relativos às diferentes linguagens artísticas. (BRASIL, 2017, p. 203)

Os ideais defendidos pela BNCC dialogam com a proposta sociocultural fornecida pelos livros de literatura indígena. Para Márcia Wayna Kambeba, escritora indígena Omágua/Kambeba e Doutora em Linguística:

Ler é viajar, é conhecer universos não habitados e explorar conhecimentos novos, aventurar-se. Assim, a literatura indígena é um convite a desbravar o universo da cultura dos povos sempre com respeito e equidade. Pois existe, sim, um grande livro escrito com lágrimas e sorrisos, com informação e denúncias, e que se abre para aqueles que se propõem unir as mãos e juntos caminhar por cuara açú (o grande caminho), com trilhas abertas pela mãe natureza. Pisar o chão e entender as marcas de seu passado e do tempo da história sem pisá-la, mas conhecendo-a para assim se conhecer como cultura, como pessoa. Existe sim uma literatura indígena precisa e fundamental presente em cada gesto, em cada palavra, em cada lugar. (Kambeba, 2018, p.40)

Em consonância com os princípios da BNCC, os livros de Daniel Munduruku aqui analisados permitem que crianças e jovens se aproximem de

temas como identidade, pertencimento, espiritualidade e respeito à diversidade cultural e artística indígena Brasileira. Sobre a narrativa literária de Daniel Munduruku, Thiél afirma (2012):

Daniel Munduruku, entre outros autores indígenas, contadores de histórias, formados no contato com tradições estéticas tribal e ocidental, constroem textos de resistência política e literária. Os autores indígenas negociam com a sociedade hegemônica um novo lugar para tornar visível a história, a textualidade e a identidade indígenas. Eles mostram como os índios podem, ao assumir controle da narrativa, definir seu passado, presente e futuro, na literatura e no mundo. (Thiél, 2012, p.101)

Desse modo, as seções a seguir irão destacar, dentro dos livros selecionados, elementos estéticos e temáticos que, no ambiente escolar, podem contribuir para uma reflexão crítica e social dos alunos, ampliando assim sua visão do mundo e desconstruindo estereótipos e preconceitos a respeito dos povos indígenas.

Crônicas de São Paulo: um olhar indígena

Nascido em Belém, PA, filho do povo Indígena Munduruku, Daniel Munduruku viveu até os seus 17 anos de idade na aldeia e logo depois, procurando continuar os estudos e seguir carreira como professor, mudou-se para São Paulo. Nesse livro, Daniel Munduruku resgata sua própria história na cidade carinhosamente apelidada de Sampa e mostra ao leitor como, em um ambiente aparentemente tão distinto de sua terra natal, segue enraizado em sua cultura e em seus princípios indígenas, com uma forma própria de ver o mundo. “Não troquei minha aldeia pela cidade. Eu transformei a cidade em minha aldeia” (Munduruku, 2010, p.43), é o que afirma o autor, em *Crônicas de São Paulo: um olhar indígena* (2010).

É bastante interessante o olhar que o escritor indígena traz sobre a cidade de São Paulo, ressignificando os lugares e resgatando, além da própria história, a história de outros povos e parentes indígenas. Tal olhar é importante, inclusive, para a quebra de estereótipos comumente atribuídos às pessoas de descendência indígena, colaborando para a desconstrução da ideia de que o

indígena vive apenas como um selvagem, na floresta, e não sabe lidar com a atualidade. A respeito desse movimento de resgate e memória, Rubelise Cunha comenta:

Crônicas de São Paulo faz com que reconheçamos no narrador a experiência do próprio Munduruku como o sujeito indígena deslocado de seu território natal do Norte do Brasil que utiliza o espaço da cidade como um espaço de retorno às origens da coletividade indígena. Transformar o espaço da cidade em sua aldeia, fazer desse o seu território, também remete à forma como o autor insere-se no sistema literário para fazê-lo um território de fortalecimento das histórias que o conectam com a coletividade de seu povo, pois é neste novo território que transforma “o arco em palavra”. (Cunha, 2020, p.277)

Tal movimento de resgate se dá no livro de forma muito natural, na qual o escritor alterna a narrativa entre passado e presente. Característico do gênero textual crônica, a narrativa ocorre toda em primeira pessoa, com capítulos breves e conectados entre si. O livro se constitui de memórias e descrições do pensamento do narrador, que ao passear pelos bairros da cidade de São Paulo, reflete sobre a origem dos nomes dados à esses locais, relembra sua infância, de algumas histórias indígenas e ainda cria novos cenários para o local onde vive, permitindo que sua imaginação transforme a cidade em Aldeia. É possível analisar tais pontos no trecho a seguir, retirado do capítulo intitulado “Tatuapé: o caminho do tatu”, no qual o escritor associa o metrô com um tatu:

Voltei a pensar no tatu da floresta, que desconhece o próprio destino mas sabe aonde quer chegar. Pensei também no tempo de antigamente, quando Tatuapé era um lugar de caça ao tatu. Índios caçadores entravam em sua mata apenas para saber aonde estavam as pegadas do animal. Depois eles ficavam à espreita daquele parente, aguardando pacientemente sua manifestação. Nessa hora — quando o tatu saía da toca — eles o pegavam e faziam um suculento assado que iria alimentar os famintos caçadores. Voltei a pensar no tatu da cidade, que não pode servir de alimento, mas é usado como transporte, para a maioria das pessoas poder encontrar o seu próprio alimento. Andando no metrô que seguia rumo a Tatuapé, fiquei mirando os prédios que ele cortava como se fossem árvores gigantes de concreto. Naquele itinerário eu ia buscando algum resquício das antigas civilizações que habitaram aquele vale. (Munduruku, 2010, p.43)

É fascinante como Daniel Munduruku cria associações linguísticas com o nome do bairro e, a partir disso, desenvolve sua narrativa. Tatuapé, bairro de São Paulo que possui uma grande estação de metrô, tem origem do Tupi, *tatu* (tatu) e *apé* (caminho), significando, assim, caminho do Tatu. A associação entre o metrô e o tatu, por exemplo, revela uma analogia entre o animal que cavava túneis na floresta e o trem que percorre os subterrâneos da cidade. Vale lembrar que "tatu" também é uma gíria paulistana usada para se referir ao metrô/trem, reforçando ainda mais a riqueza simbólica que o autor constrói entre linguagem, cultura e espaço urbano.

A elaboração entre o tradicional e o moderno se dá, assim, a partir de um jogo metafórico, no qual Daniel Munduruku compara elementos da floresta, do passado do lugar, com elementos da cidade atual. Isso é perceptível quando o autor estabelece uma relação entre as práticas de caça que existiam em Tatuapé e o modo como, atualmente, as pessoas utilizam o metrô para trabalhar e, assim, buscar seu sustento, caçar o dinheiro para saciar sua fome.

Essa relação entre passado e presente também permite ao narrador refletir sobre as mudanças físicas do espaço urbano, revelando o quanto a paisagem natural foi modificada com o avanço da cidade. No trecho citado, ao observar os prédios durante o trajeto de metrô, o autor os descreve como "árvores gigantes de concreto", evidenciando a substituição da mata por construções. Essa imagem reforça a ideia de que, embora a natureza tenha sido apagada da superfície visível, ainda resiste na memória e na imaginação do narrador. Ao transformar os prédios em árvores, Daniel propõe um novo olhar sobre a cidade — um olhar que reconecta o presente ao passado indígena do território, resgatando aquilo que foi silenciado pela urbanização.

Uma vez que se trata da memória da própria infância e ressignificação da cidade em que vive no presente da história, o destaque é dado para o trecho do capítulo "Guarapiranga: lugar da garça vermelha":

Pensei nisso quando cheguei à represa de Guarapiranga. Fiquei com saudades do tempo de criança, ao ver toda aquela água. Imaginei-me na aldeia em que vivi minha primeira infância. Pensei nos caminhos, nos passarinhos, nos amigos e irmãos que cresceram comigo. Reportei-me aos antepassados

dos povos que por aqui viviam e me senti, de certa forma, pisando sobre um solo sagrado. (Munduruku, 2010, p.35)

No trecho citado, é possível perceber o recurso de escrita utilizado por Daniel Munduruku, no qual o espaço urbano atual serve como ponto de partida para acessar lembranças do passado e do lugar de origem. Ao chegar à represa de Guarapiranga, o narrador é tomado por recordações de sua infância na aldeia, ativadas pela presença da água e do ambiente natural. Essa articulação entre presente e passado, entre o urbano e o ancestral, permite a construção de uma narrativa em que o espaço físico é ressignificado por meio da memória. Com isso, Daniel transforma a cidade em um território simbólico, onde o passado indígena ainda ecoa e se reinventa, mesmo diante das transformações impostas pela modernidade.

A organização do livro e a nomeação dos capítulos é outro aspecto bastante intrigante. É muito valorosa a forma como o escritor volta sua atenção para os nomes destes bairros, nomes esses que assim como vários outros bairros e cidades brasileiras, constituem-se a partir do vocabulário indígena. Nomes, que de acordo com Munduruku (2010, p.12), “habitam nossa memória e às vezes caem em nossos lábios apenas por força do hábito. Palavras que carregam história”. *Crônicas de São Paulo: um olhar indígena* (2010) é um livro que sobretudo nos faz refletir sobre nossa língua, sobre como as palavras são carregadas de história e significados, sendo, por conta desse aspecto, um material riquíssimo para a escola e para aulas de língua portuguesa. Entre tais reflexões, encontra-se na obra a seguinte observação:

Muitas línguas revelam formas diversas de ver o mundo. A gente não olha apenas com os olhos, mas também com a língua. É ela que nos dá o sabor e o saber, e aqui em nossa terra havia muitos sabores e saberes que faziam o colorido de nossa gente. (Munduruku, 2010, p.55)

Apesar da linguagem ser simples e acessível, compatível com seu público alvo, Daniel Munduruku se utiliza bem de elementos rítmicos e poéticos para a construção da narrativa. É notável, por exemplo, a presença da musicalidade em alguns trechos, como esse, retirado do capítulo que se intitula

“Tietê: mãe do rio, região onde o rio alaga fecundando a terra”:

Quando adultos, levamos conosco a certeza do pertencimento e da não posse.

Acreditamos que somos um com o planeta e não os seus donos.

Um com a floresta e não seus proprietários.

Um com o universo, seus admiradores, e não os seus dominadores.

Um com as pessoas e não os seus senhores.

Um com a vida e não os seus algozes.

É dessa maneira que caminhamos pela terra: como observadores da sua beleza e de sua magia.

Seguimos o fluxo da natureza e a partir de sua observação, procuramos criar formas de ajudá-la na sua tarefa de embelezar o planeta.

(Munduruku, 2010, p.47)

Daniel Munduruku emprega uma escrita marcadamente rítmica, utilizando repetições e aliterações que conferem musicalidade ao texto, aproximando-o da oralidade indígena e da poesia. A reiteração do pronome “um” no início de cada verso cria um efeito de mantra, reforçando a ideia de conexão cósmica proposta pelo autor. Além disso, as rimas internas em “senhores/algozes/observadores”, o eco produzido pelas sílabas finais em “certeza/natureza/beleza” e a sonoridade das consoantes em “cerTeza/perTencimento/acrediTamos” — produzem uma cadência melódica, facilitando a memorização e a imersão do leitor.

A presença desses elementos rítmicos aproxima a escrita de Daniel Munduruku da oralidade, característica marcante da literatura indígena. A repetição, a musicalidade e a cadência do texto remetem ao modo como histórias, saberes e ensinamentos são tradicionalmente transmitidos entre os povos originários, por meio da fala, do canto e da escuta coletiva. Esse aspecto pode ser bastante proveitoso em sala de aula, pois facilita o engajamento dos estudantes com o texto e possibilita que o professor explore diferentes formas de leitura — em voz alta, dramatizada ou em roda de conversa — aproximando os alunos da experiência oral e coletiva que esse tipo de narrativa propõe.

Dessa forma, *Crônicas de São Paulo: um olhar indígena* (2010), apresenta elementos que possibilitam a apreciação estética da obra, além de levantar temáticas culturais, sociais e históricas dos povos indígenas que são

bastante relevantes para discussões no contexto escolar.

Foi vovó que disse

Foi vovó que disse, publicado em 2018 pela editora Edelbra, é um livro voltado para o público infantil, com breve e envolvente narrativa que atravessa saberes geracionais. Narrado em primeira pessoa, a história contada é a do garoto indígena Kaxiborempô, que está prestes a completar 7 anos e por meio de um passeio na floresta, nos conta o que aprendeu com os dizeres de sua avó.

A imagem dos avós, de um ancião, de uma pessoa idosa, na literatura indígena é sinônimo de sabedoria. Em *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970 - 1990)* (2012), Daniel Munduruku salienta:

Lembro que, para o povo Munduruku, ter sorte na vida é morrer velho. E quer-se morrer velho. O motivo é simples: Cabe a ele ou a ela o privilégio de manter a memória viva através das histórias que carregam consigo, contadas, elas também, por outros antepassados, numa teia sem fim que se une ao princípio de tudo. Morrer velho é a garantia de que o povo não morrerá. Aos pais cabe a educação do corpo. Aos anciões cabe a educação da mente e, conseqüentemente, do espírito. (Munduruku, 2012, p.71)

Em *Foi vovó que disse* (2018), Daniel Munduruku se utiliza justamente da personagem de uma avó para representar a ancestralidade e os conhecimentos do povo Munduruku. Ao passear pela floresta, o personagem principal dita falas de sua avó sobre o respeito com a natureza, crenças em seres encantados, emoções, respeito e sobre a origem de seu próprio povo:

A floresta é mágica! Vovó que disse. Nela tem tudo que precisamos para viver bem. A gente aprende a ouvir o que ela tem a dizer e a conversar com ela. Isso, é claro, quando a gente cuida dela, caso contrário ela manda duendes ralhar com a gente. E eles podem fazer a gente errar o caminho, podem preparar armadilhas pra gente ficar com medo. (Munduruku, 2018, p.7)

No trecho em destaque, é perceptível a força e credibilidade dada ao

argumento do Kaximboropô a respeito da floresta pela utilização da expressão “Vovó que disse”. Com linguagem muito próxima à oralidade, se assemelhando a uma conversa, Munduruku deixa o leitor confortável, crente nas palavras das personagens. É dessa forma que Munduruku se aproxima dos espectadores durante todo o livro.

Uma das temáticas mais presentes na literatura indígena e especificamente nos livros de Daniel Munduruku, diz respeito à conservação ambiental e ao cuidado com a flora e fauna. Em *Foi vovó que disse* (2018) é notável como o autor enfatiza o respeito à natureza, possibilitando aos leitores uma conscientização ecológica ao realçar que somente com ela sobreviveremos, como vemos no trecho abaixo:

Nasci no meio da floresta, onde tem muitos animais, muita água...É na floresta que caçamos, pescamos, colhemos. Dela tiramos nossa comida, nossos brinquedos e até nossos remédios. Desde pequeno aprendi a respeitar o chão que a gente pisa, que a gente dança, que a gente brinca. (Munduruku, 2018, p.7)

Os bens naturais brasileiros vêm sendo explorados e vistos apenas como fonte de capital desde o período colonial. Preservar a cultura de povos originários e suas terras, significa manter vivo o nosso planeta. Julie (atualmente, Truduá) Dorrico (2019), realizou um estudo comparativo a respeito da representação da natureza na literatura ocidental e na literatura indígena brasileira e, em seu texto, a autora da etnia Macuxi comprova a integração dos indígenas e de sua literatura com a natureza:

Enquanto na visão do ocidente a floresta é tida sob a perspectiva de objeto, de instrumento que está posto para atender às necessidades de civilização e de “progresso” do homem, visão que corresponde ao humanismo; na visão dos povos indígenas, a floresta é assumida como uma entidade com diversos espíritos, sendo, portanto, não humana, mas com humanidade. (Dorrico, 2019, p. 249)

Desse modo é essencial a presença da literatura indígena brasileira nas escolas, uma vez que são abertos diálogos acerca da relevância e do significado do meio-ambiente para os povos indígenas, assim como sobre sua preservação.

Além disso, no trecho do livro *Foi vovó que disse* (2018), acima destacado, é possível perceber elementos estruturais que dão ritmo ao texto. As rimas presentes em “*caçamos/pescamos/colhemos*” e a reiteração feita pelos pronomes “*Nossa*” e “*a gente*”, transformam a prosa em um texto melódico, quase uma canção. Essa característica aproximação com a oralidade na literatura indígena possibilita, dentro da sala de aula, uma melhor compreensão textual por parte dos estudantes, já que resgata formas tradicionais de transmissão de saberes e favorece a identificação com a cultura apresentada. Essa musicalidade e repetição também podem ser exploradas pedagogicamente para trabalhar aspectos linguísticos e culturais de forma mais sensível e significativa.

Somado a esse traço da relação dos indígenas com a natureza, Munduruku, no mesmo livro, abre espaço para a reflexão sobre origem e identidade indígena, como é possível perceber no destaque abaixo:

Vovó disse que tem povos que não acreditam nos duendes e espíritos da natureza. Perguntei quem eram esses outros povos, e ela disse que são todos aqueles que não conhecem as mesmas coisas, não comem a mesma comida. Vovó disse que nosso povo é muito antigo e estava aqui antes de outros povos chegarem. (Munduruku, 2018, p.13)

A identidade é aqui construída justamente pela diferença entre o povo indígena e os demais, as crenças, os hábitos alimentares e o modo de ver o mundo é o que os tornam únicos. Essa distinção, narrada pela figura da avó, resgata a ancestralidade e reforça o pertencimento étnico-cultural. Ao afirmar que seu povo “estava aqui antes de outros povos chegarem”, a personagem insere a perspectiva indígena na história do país, muitas vezes apagada. Aqui segue outro interessante trecho que destaca a questão identitária:

Amanhã será um grande dia: vou completar sete anos. Daqui a mais dois anos não serei mais criança e vou estudar na escola dos **pariwat** da cidade. Quero fazer muitos amigos por lá! Lá eles chamam a gente de índio. Vovó disse que eu não sou índio, que eu sou **Munduruku** e que tenho que ter orgulho. (Munduruku, 2018, p.21)

Aqui observam-se também aspectos únicos dos Mundurukus, como a transição entre a infância e a adolescência aos nove anos de idade, marcada justamente pela saída das crianças para a cidade. A identidade é reafirmada no trecho em que se rememora que a avó sabiamente diz: “Vovó disse que eu não sou índio, que eu sou Munduruku e que tenho que ter orgulho.” Essa declaração carrega uma força simbólica importante, pois rejeita a generalização do termo “índio” e valoriza a identidade específica de um povo. Outro aspecto muito interessante é o destaque dado às palavras de origem indígena, como Pariwat (que significa "homem branco" ou "estrangeiro", em português) e Munduruku, nome da etnia. A presença do vocabulário indígena nas obras possibilita, quando bem trabalhada em sala de aula, que as crianças desenvolvam uma consciência linguística e cultural, ao promover o reconhecimento e a valorização da diversidade dos povos originários.

Tais características da obra contribuem significativamente para a desconstrução de preconceitos, especialmente se a leitura e discussão forem bem mediadas pelo professor em sala de aula. Munduruku, ao final do livro, levanta essa questão de forma mais evidente, como se observa no trecho a seguir:

Vovó disse que tem uma coisa que chama preconceito, que a gente precisa saber vencer. Confesso que não entendi nada. Para mim todo mundo é irmão, tem que respeitar, tem que deixar ser feliz. É assim na natureza. Seria bom que fosse assim também entre as pessoas. (Munduruku, 2018, p.23)

Esse trecho sintetiza a mensagem de respeito e empatia trabalhada durante todo o livro. A imagem da criança que desconhece o que é preconceito nos convida a repensar comportamentos naturalizados pela sociedade. Dessa maneira, *Foi vovó que disse* (2018) reafirma seu potencial como instrumento educativo, capaz de promover debates importantes sobre identidade, diversidade e respeito dentro do ambiente escolar.

POR UMA EDUCAÇÃO MAIS INCLUSIVA E REPRESENTATIVA

As obras de Daniel Munduruku analisadas neste trabalho revelam a potência da literatura indígena como ferramenta pedagógica para a construção de uma educação mais inclusiva, representativa e decolonial. Ao trazer à tona

memórias, saberes ancestrais, a valorização da natureza e a afirmação identitária, os livros *Crônicas de São Paulo: um olhar indígena* (2010) e *Foi vovó que disse* (2018) possibilitam aos estudantes não apenas o acesso a outras formas de ver o mundo, mas também o reconhecimento da presença indígena na formação histórica e cultural do Brasil.

Cada elemento dessas obras — como a linguagem simples e poética, a presença da oralidade, a musicalidade, a valorização da ancestralidade e o vocabulário indígena — contribui diretamente para o ensino de literatura na escola. Esses aspectos aproximam os estudantes do texto, facilitando a identificação, a escuta sensível e o desenvolvimento de uma consciência crítica frente à diversidade. Além disso, a forma como o autor constrói suas narrativas — com personagens indígenas que vivem entre o passado e o presente, na floresta e na cidade — desconstrói estereótipos ainda presentes no imaginário social e amplia o repertório cultural dos alunos.

É fundamental, portanto, que crianças e jovens tenham acesso a obras como as de Daniel Munduruku. Sua escrita não apenas representa, mas afirma e ressignifica identidades indígenas dentro e fora da escola. Ao incluir essas narrativas no currículo, os professores podem promover um ensino literário mais plural e humanizado, em que a leitura se torna uma experiência de encontro com o outro e de reconstrução de saberes. Nesse sentido, os livros de Daniel Munduruku se mostram indispensáveis para a formação de leitores conscientes e para a construção de um ensino e saber decolonial.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85121-bncc-ensino-medio/file>. Acesso em: 17 mar. 2024.

CUNHA, Rubelise. O elo com a cadeia da tradição: A literatura indígena e o resgate da potência coletiva. *In*: DORRICO, Julie; DANNER, Fernando; DANNER, Leno Francisco (orgs). **Literatura indígena brasileira contemporânea**: autoria, autonomia, ativismo. Rondônia, AM: Editora Fi, 2020.

DORRICO, Julie; DANNER, Fernando; DANNER, Leno Francisco. Literatura indígena como descatequização da mente, crítica da cultura e reorientação do olhar: sobre a voz-práxis estético-política das minorias. *In*: DORRICO, Julie;

DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando (Orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018. p. 315-358.

DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco. A palavra da tradição oral à tradição escrita: a literatura indígena na Universidade do século XXI. **Revista Muitas Vozes**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 75-98, 2018. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/muitasvozes/article/view/12145/pdf2>. Acesso em: 04 ago. 2025.

DORRICO, Julie. A estrutura do homem integrado à natureza como princípio da literatura brasileira contemporânea. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 242-267, jul./dez. 2019.

GRAÚNA, Graça. **Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil**. 2003. Tese (Doutorado em Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

KAMBEBE, Márcia Wayna. Literatura indígena: da oralidade à memória escrita. *In*: DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando (Orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018. p. 39-44.

MUNDURUKU, Daniel. **Crônicas de São Paulo: um olhar indígena**. 2. ed. São Paulo, SP: Editora Callis, 2010.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo, SP: Editora Paulinas, 2012.

MUNDURUKU, Daniel. **Foi vovó que disse**. 2. ed. Porto Alegre, RS: Editora Edelbra, 2018.

MUNDURUKU, Daniel. Escrita indígena: registro, oralidade e literatura, o reencontro da memória. *In*: DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando (Orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018. p. 81-83.

SILVA, Andréia; NASCIMENTO, Ana Lídia; KATRIB, Cairo. Educação Escolar Quilombola e Indígena no Brasil: contextos, redes e perspectivas. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 14, n. 1, p. 1-10, jan./abr. 2025. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/76499/4038>. Acesso em: 04 ago. 2025.

THIÉL, Janice Cristine. **Pele silenciosa, pele sonora: a literatura indígena em destaque**. Belo Horizonte, MG: Editora Autêntica, 2012.

THIÉL, Janice Cristine. A literatura dos povos indígenas e a formação do leitor multicultural. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, RS, v. 38, p. 1175-1189, 2013.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, à minha madrinha, Seráfia, por sempre me incentivar, me ouvir, me acolher e me encorajar durante toda a minha vida, e principalmente durante esses anos da graduação.

Agradeço também ao meu irmão, Rivaldo Júnior, que pacientemente me ouviu falar sobre meus aprendizados do curso, me faz gargalhar mesmo em dias não tão bons e sempre está ao meu lado, me fazendo acreditar que consigo tudo o que almejo.

Também sou grata ao meu padrinho, Rivaldo; à minha mãe, Ainoã; aos meus irmãos e demais familiares, que estiveram presentes durante minha jornada, sempre me colocando para cima e me fazendo acreditar em mim mesma.

Agradeço também a minha avó, Azená. Ela foi e sempre será minha grande inspiração. Amava ensinar e escrever poesia. Mesmo não estando mais aqui, ela vive em minha memória e me dá forças para prosseguir.

Agradeço a Deus, por atender minhas orações e me manter firme durante essa caminhada.

Demonstro minha gratidão aos meus amigos Caíque, Gabi, Ryan, Pipoca, Caio Jorge, Alcília e Jairo, que me acompanham desde a escola. Sou imensamente grata pelo carinho e acolhimento que me proporcionam.

Não posso deixar de agradecer aos meus queridos amigos da sala dos professores: Júlia, Emilly, Vanessa, Glória, Thiago e Luiza. Compartilhar a academia com vocês deixou tudo mais leve. Obrigada por caminharem junto comigo. Partilhar as dores e felicidades do curso com vocês foi essencial durante essa jornada.

Quero também agradecer aos meus queridos amigos José Carlos e Tiago Calaça. Vocês foram lindos presentes que o curso de Letras me deu. Muito obrigada por cada abraço e diálogo trocado.

Agradeço muito ao Vini, que, em momentos de extremo cansaço, me ouvia e me aconselhava. Obrigada pelo carinho, escuta e suporte de sempre.

Quero agradecer, de modo geral, a todos os professores do curso de Letras. Obrigada por todos os aprendizados construídos até aqui. Fui muito feliz no curso e sinto que me apaixonei ainda mais pelo mundo da linguagem, literatura e educação.

Muito obrigada, Professor Ricardo Postal, meu orientador. Mesmo sem me conhecer, me acolheu e me ajudou na construção deste trabalho. Agradeço também ao professor Flaviano, por aceitar fazer parte da banca examinadora e por, durante todo o curso, se mostrar disponível e atencioso.

Por fim, obrigada a todos que encontrei e me abraçaram durante o curso. Foram anos de estudo e dedicação, mas enfim aqui cheguei. Sinto que é apenas o início da minha caminhada, e fico grata e feliz por isso, de braços abertos para o que vier daqui para frente.